

Mal moral: aspectos de aproximação entre Agostinho e Kant

Adriane da Silva Machado Möbbs¹

Resumo

Santo Agostinho concebe e analisa o mal em três níveis: metafísico-ontológico, moral e físico. O *mal metafísico-ontológico* refere-se à finitude e à contingência humana, assim como à imperfeição e à falta de ordenação em tudo o que existe. O *mal físico* apresenta-se como dor e sofrimento, tanto dos animais como – principalmente – do homem. Assim, o sofrimento inerente à vida humana é aqui o problema radical, objeto da reflexão filosófica, mas, sobretudo, vivência existencial onipresente. Por fim, temos o *mal moral*, que se coloca em conexão com a liberdade e com a responsabilidade do homem. Este se caracteriza como produto das ações humanas e a injustiça e a opressão se convertem em seus expoentes radicais. Pergunta-se: o livre-arbítrio seria a causa do mal moral? Ou seja, o livre-arbítrio seria a causa do pecado (mal moral em linguagem religiosa)? Visa-se elucidar essa questão a partir da abordagem de alguns dos principais conceitos trabalhados por Agostinho na sua obra *De libero arbitrio*, e, também, em sua obra *Confissões*. É no livro I do *De libero arbitrio* que Agostinho aborda duas questões importantes, com as quais este trabalho está especificamente preocupado, a saber: i) Qual é a causa da prática do mal (*malefacere*)? ii) Que significa proceder mal? Assim, a partir destas questões, pretende-se avaliar a concepção agostiniana de mal moral e livre-arbítrio, e realçar a aproximação entre Agostinho e Kant e a complementação de um pelo outro, a partir de Paul Ricoeur, pela via ética.

Abstract

Augustine conceives evil and analyzes it on three levels: metaphysical-ontological, moral and physical. The metaphysical-ontological evil refers to human finitude and contingency, as well as the imperfection and lack of order in everything that exists. The physical evil presents itself as pain and suffering, both animals - mostly - of man. Thus the suffering inherent in human life is the radical problem, the object of philosophical reflection, but especially ubiquitous existential experience. Finally, we have a moral evil, which arises in connection with the freedom and responsibility of man. This is characterized as the product of human actions and injustice and oppression that are converted into their radical exponents. Will: free will would be the cause of moral evil? I.e., free will would be the cause of sin (moral evil in religious language)? The aim is to elucidate this issue from some of the key concepts used by Augustine in his work *De libero arbitrio*, and also in his *Confessions* work. It is in Book I of *De libero arbitrio* that Augustine will address two important issues with which this work is specifically concerned, namely: i) What is the cause of evil practice (*malefacere*)? ii) What means wrongdoing? Thus, from these issues, we intend to evaluate the Augustinian concept of moral evil and free will, and highlight the rapprochement between Augustine and Kant and complementing each other, from Paul Ricoeur, ethics means.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por escopo um tema antigo e dinâmico que ocupa grande parte da História da Filosofia e da Teologia, a saber: o problema do mal para o filósofo neoplatônico

¹ Doutoranda em Filosofia - Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Noeli Dutra Rossatto; graduanda em Pedagogia pela mesma instituição. Professora/Tutora do Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância - Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dryka.rs@gmail.com.

Agostinho de Hipona. Nossa intenção inicial é pontuar a abordagem agostiniana acerca do mal moral e do livre-arbítrio e, posteriormente, realçar a aproximação entre Agostinho e Kant. E, por fim, apresentar a complementação de um pelo outro, a partir da aproximação proposta por Paul Ricœur.

Santo Agostinho concebe e analisa o mal em três níveis: o nível metafísico-ontológico, moral e físico. O *mal metafísico-ontológico* refere-se à finitude e à contingência humana, assim como à imperfeição e à falta de ordenação em tudo o que existe. O *mal físico* apresenta-se como dor e sofrimento, tanto dos animais como – principalmente – do homem. Assim, o sofrimento inerente à vida humana é aqui o problema radical, objeto da reflexão filosófica, mas, sobretudo, vivência existencial onipresente. Por fim, temos o *mal moral*, que se coloca em conexão com a liberdade e com a responsabilidade do homem. Este se caracteriza como produto das ações humanas e a injustiça e a opressão se convertem em seus expoentes radicais. É através deste que surge o problema da “maldade” como atributo humano e, às vezes, também divino. E com ele a consciência do pecado e da culpa e o anseio de justiça e perdão como sua contrapartida.

O mal moral tem relação direta com o problema do sentido da vida e enseja conseqüências imediatas para a ética, a religião e a filosofia da história. Parece que não podemos nos reconciliar com o mal moral, a começar por aquele que observamos em nós próprios, e constantemente procuramos nos eximir, justificar nossas atitudes, negar nossa capacidade de praticá-lo e fugir de nossa responsabilidade para com ele.

Suscitar a questão da *práxis* humana significa debater a problemática do mal em sua dupla vertente existencial: o mal como evento ou acontecimento e o mal como interpelação de nossa responsabilidade para com ele e questionamento acerca da realidade ou ilusão da liberdade. Assim, pergunta-se: o livre-arbítrio seria a causa do mal moral? Ou seja, o livre-arbítrio seria a causa do pecado (mal moral em linguagem religiosa)? Visa-se elucidar essa questão a partir da abordagem de alguns dos principais conceitos trabalhados por Agostinho na sua obra *De libero arbitrio* e, também, em sua obra *Confissões*. É no livro I do *De libero arbitrio* que Agostinho aborda duas questões importantes, com as quais este trabalho está especificamente preocupado, a saber: i) Qual é a causa da prática do mal (*malefacere*)? ii) Que significa proceder mal?

Portanto, iniciemos por abordar, ainda que brevemente, o conceito de mal moral em relação ao livre-arbítrio. Posteriormente, ressalta-se a aproximação de Agostinho e Kant no que tange à questão do mal; e, por fim, indica-se a complementação de um pelo outro a partir do filósofo francês Paul Ricœur.

1. O LIVRE-ARBÍTRIO E O MAL MORAL

Nossa intenção aqui é abordar, ainda que brevemente, o conceito de mal moral em relação ao livre-arbítrio. Este conceito, na filosofia de Agostinho, apresenta-se em conexão com a liberdade e com a responsabilidade humana. Está caracterizado como produto das ações humanas, e tem como seus expoentes radicais a injustiça e a opressão. É através dele que surge o problema da maldade como atributo humano e, às vezes, também divino. E, com ele, a consciência do pecado e da culpa e o anseio de justiça e perdão como sua contrapartida.

Neste sentido, se as ações dos homens não são sempre o que deveriam ser, sua vontade é a responsável por isso. De acordo com Agostinho, o homem escolhe livremente suas decisões, e é por ser livre que é capaz de fazer mal. A questão que se coloca, então, é a seguinte: como um Deus perfeito pôde doar-nos uma vontade capaz de fazer mal?

Entendemos, de acordo com as leituras das obras de Agostinho, que a vontade desempenha um papel fundamental, uma vez que dependem dela não apenas todas as determinações e decisões que tomamos na ordem prática, mas também estão sob seu controle imediato todas as operações de nossas faculdades cognitivas na ordem teórica. Assim, todos os movimentos da alma dependem da vontade. Agostinho diz: “Todo movimento da alma tende ou na direção de um bem a ser adquirido ou conservado, ou para longe de um mal a se evitar ou descartar: o movimento livre da alma para adquirir

ou evitar algo é a vontade”.²

A vontade, para Agostinho, deveria tender, de acordo com sua natureza, ao Bem supremo, mas como existem muitos bens criados e finitos, por vezes, ela pode vir a tender a eles, assim invertendo a ordem hierárquica, preferindo a criatura ao Criador, fazendo, desta forma, sua opção pelos bens inferiores em vez dos bens superiores. Logo, o mal só pode ser entendido como a corrupção de uma das perfeições na natureza.

Assim, perguntamos: então, possuímos uma natureza má? Não, a natureza má é aquela em que a medida, a forma ou a ordem estão corrompidas; e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Se não estivesse corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa. No entanto, mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas enquanto está corrompida.

Portanto, essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. Assim, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser; e, por conseguinte, um puro nada.

Aqui pontuamos uma primeira observação no sentido de evitar equívocos, como aquele apontado nos maniqueus. De acordo com Agostinho, o mal é a pura ausência de ser. Sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que exista um mal, é necessário que haja privação, portanto, é necessário que haja uma privação de algo. Enquanto tal, essa coisa é boa e, somente enquanto privada de algo, é deficiente; o que não é não tem defeitos. “O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito”.³

Assim, para melhor compreendermos: o ato voluntário e livre pode ser assimilado por uma substância qualquer, que seja dotada de medida, de forma e de ordem. Se essas perfeições não são o que deveriam ser num ato determinado, então, elas são imperfeitas e, portanto, há o mal nelas.

Mas no que consiste uma vontade má? Uma vontade má é uma vontade que, enquanto tal, é boa, mas à qual falta ser plenamente o que deveria ser. Aqui, não mais do que em outros lugares, o mal não pode existir fora do bem.

Vi claramente que todas as coisas que se corrompem são boas: não se poderiam corromper se fossem sumamente boas, nem se poderiam corromper se não fossem boas. Com efeito, se fossem absolutamente boas, seriam incorruptíveis, e se não tivessem nenhum bem, nada haveria nelas que se corrompesse.⁴

Assim, percebe-se que, para Agostinho, para que as coisas sejam corruptíveis é necessário que elas sejam boas, não sumamente boas, pois as coisas sumamente boas são incorruptíveis, mas as coisas boas podem ser corrompidas. Aliás, é necessário que sejam boas para que possam ser corrompidas, pois se não fossem boas, não haveria nada que pudesse ser corrompido, ou seja, o mal não pode ser corrompido pelo mal, pois não há nele nada de bom, e não havendo nada de bom, ele nem mesmo existe. Acerca das coisas corruptíveis, Agostinho diz:

Por isso se são privadas de todo o bem, deixarão totalmente de existir. Logo, enquanto existem, são boas. Portanto, todas as coisas que existem são boas, e aquele mal que eu procurava não é uma substância, pois, se fosse substância, seria um bem. Na verdade, ou seria substância incorruptível, e, nesse caso, se não fosse boa, não se poderia corromper.⁵

Neste momento, acreditamos ser possível abordar a questão agostiniana: porque existe o mal no mundo? Após compreender a natureza puramente privativa das coisas más, Agostinho explica a existência do mal no mundo, pois, aquilo que não é nada não pode

² Santo Agostinho, *A Cidade de Deus* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002). Citado em Étienne Gilson, *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*, 1 (São Paulo: Paulos, 2007), 253.

³ Santo Agostinho, *Confissões* (São Paulo: Nova Cultural, 2004), 187.

⁴ *Ibid.*, 187.

⁵ *Ibid.*, 187.

ter sido criado; e, também, se Deus tivesse criado o mal, ele seria inevitável, porque criar é tirar do nada e o que vem do nada é corruptível.

No que tange ao mal moral, cabe considerar que, se as ações dos homens não são sempre o que deveriam ser, sua vontade seria a responsável. O homem escolhe livremente suas decisões e é por ser livre que é capaz de fazer o mal. Porém, pergunta-se: porque um Deus perfeito pôde doar-nos o livre-arbítrio, ou seja, uma vontade capaz de fazer o mal?

Para que seja possível responder a essa questão é necessário saber se e em que medida a vontade livre pode ser contada entre o número dos bens. A vontade livre é um bem, embora seja possível fazer mau uso desse bem. Mas a vontade, tomada em si mesma, é boa, pois, uma vez privado dela, ninguém poderia levar uma vida direita. A vontade é um bem que deve ser utilizado de forma correta e, assim, poderá propiciar às pessoas uma vida com retidão, devendo reprovar àqueles que a utilizam mal; e não a Deus por tê-la dado.

Mas se este é um dom tão perigoso, capaz de nos permitir fazer o mal, porque Deus o teria dado?

Embora a vontade livre consista em um perigo, assim como toda a liberdade, ela é também a condição necessária para o maior bem dos bens que nos poderia ser concedido: a beatitude.

A vontade livre pode ser caracterizada como um bem mediano cuja natureza é boa, mas cujo efeito pode ser mau ou bom, de acordo com a maneira pela qual o homem a usa. O uso do livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio. Portanto, a vontade livre pode ser considerada mestra de todas as coisas de que dispõe livremente, e, assim, igualmente mestra de si mesma. Logo, depende dela, e somente dela, o mau uso do bem que ela é.

Deste modo, segue a demonstração de que o livre-arbítrio é um bem; e, logo, vem de Deus: i) seu mau uso não implica em que ele não seja um bem; ii) o mal não provém dele, mas de um movimento defeituoso que ele realiza; iii) sem o livre-arbítrio as pessoas não viveriam retamente, não seriam boas, nem felizes.

Assim sendo, é do sumo bem, fonte de toda felicidade, que procede tudo que existe, todos os bens, porque tudo que existe por ser mutável é apenas perfectível. Ademais, é o sumo bem, matriz perfeita e imutável de tudo o que foi criado, que aperfeiçoa o que é apenas perfectível, tendo em vista que o não aperfeiçoamento dos bens perfectíveis implicaria na queda deles ao nada, ao não-ser, pois o ser é perfeito.

Desta forma, Agostinho explicita que o bem do livre-arbítrio não poderia provir senão de Deus. Logo, não é do mau uso de um bem que segue a sua inconveniência, ainda mais se considerarmos que o bem em questão é um bem capaz de tornar reto e feliz o viver do homem. Assim, se do bem do livre-arbítrio provém o mal, como aponta Agostinho na conclusão do livro I do *De libero arbitrio*, esse mal não provém do livre-arbítrio enquanto um bem, pois isso acarretaria conseqüências ontológicas contestáveis (Deus seria o autor do mal), mas de um mau uso dele, de um abuso, ou melhor, de um movimento de conversão dele ao que é apenas temporal e de aversão ao bem imutável (verdade, Deus).

Esse movimento que tem o homem como autor moral não pode ser atribuído a Deus como autor ontológico. Nesse caso, podemos dizer que a privação de ser, ou seja, a ausência de ser, seria a responsável.

Portanto, para o filósofo neoplatônico, o mal deriva do fato de que não há um único bem, mas sim, muitos bens. O pecado, por sua vez, consiste, então, na escolha errônea entre esses bens. O mal moral é o pecado. Logo, esse depende de nossa má vontade, sendo essa uma vontade má, uma “causa deficiente”, embora o fato de termos recebido de Deus uma vontade livre ser para nós grande bem, o mau uso desse grande bem seria um mal.

2. O MAL RADICAL E A VONTADE RADICAL

Aqui pretendemos demonstrar a aproximação existente entre Agostinho e Kant no que tange a questão do mal. Desta forma, se faz necessária a abordagem, ainda que breve,

da concepção de mal radical em Kant. O conceito de mal radical aparece com Kant no contexto da discussão de sua obra *A religião dentro dos limites da simples razão* e busca dar conta da complexa relação entre o respeito pela lei moral e o amor-próprio na definição do móbil para a ação.

Kant, grande crítico de Agostinho e Leibniz, sustenta que, no campo racional, não há uma resposta possível para a origem do mal, e nem para a tendência humana de agir mal. Não há, desta forma, nos limites da pura razão, uma resposta possível para a origem do mal, nem para a tendência que há no homem de agir mal.⁶

Esta problemática proposta por Kant acaba por romper com a ideia de pecado original, embora ainda possua algumas semelhanças. Neste sentido, o mal possui origem numa máxima suprema que serve de fundamento subjetivo último a todas as máximas más do nosso livre-arbítrio, sendo radical quanto à sua origem.

Kant, mesmo com todo o seu rigorismo, não admite que exista um meio-termo moral entre o bem e o mal, mas em troca admite a concepção de vários graus ou estágios de realização da propensão universal ao mal. Assim, o primeiro grau ou estágio do mal radical seria a *fragilidade* da natureza humana, implicada no fato de que mesmo acolhido o bem na máxima do arbítrio, como motivo incontornável, subjetivamente, na ação a máxima se mostra mais fraca que a inclinação.

Outro nível do mal radical é o da *impureza* do coração, que consiste na tendência de misturar motivos morais com motivos não morais, como se a lei por si só não fosse motivo suficiente, resultando que mesmo “as ações conformes ao dever não são executadas puramente por dever”.⁷ E, por fim, temos a *corrupção* ou perversidade do coração humano, assentada no fato de que são acatadas no arbítrio máximas más, que expõem a lei moral subordinada a motivos não morais, provenientes das inclinações ou desejos.⁸

Kant, na busca por identificar o fundamento da disposição para o mal no homem, se vê diante da dificuldade de ter de articular os planos da natureza e da liberdade: e, ainda, de admitir que a noção de mal radical possa conservar algumas ambigüidades, permitindo introduzir uma noção de responsabilidade compatível com uma inata propensão para o mal.

A noção de mal radical, assim como aparece no texto *A Religião dentro dos limites da simples razão*, opera como articulação e explicação das oscilações no vínculo entre razão e vontade, bem como no conflito entre o respeito pela lei moral e amor-próprio. O mal radical, como o concebe Kant, está intimamente relacionado ao problema da liberdade, mas particularmente, também, ao que ele julga ser uma predisposição natural do homem a inclinar-se a ceder às suas apetições.

Portanto, quando Kant afirma que há uma disposição natural para o mal no homem, está se referindo ao fato que, para o uso de sua liberdade, o homem sempre admite uma máxima fornecida a si mesmo pelo arbítrio: e de que a qualidade boa ou má das máximas adotadas está de antemão determinada pelo insondável primeiro princípio de sua aceitação, que poderia ser atribuído universalmente ao homem. Com efeito, o mal radical não se refere a alguma forma particular de mal ou alguma de suas manifestações nas ações dos homens, mas mais propriamente ao fundamento da possibilidade de todo mal moral.

Kant havia se referido ao mal antes mesmo de seu livro sobre a religião, quando na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* havia sugerido que o mesmo é um desenvolvimento incompleto da capacidade humana para o bem. Ele compreendia que uma vontade é livre na medida em que é determinada pelo princípio moral, como forma do querer em geral, e não-livre na medida em que é determinada por um objeto, isto é, por algo que lhe é externo, ainda que seja a própria felicidade. Desta forma, uma vontade livre é sempre uma vontade autônoma, determinada por si própria, enquanto

⁶ Paul Ricoeur, *O Mal: um desafio à Filosofia e à Teologia* (Campinas, SP: Papyrus, 1988), 10.

⁷ Immanuel Kant, *A Religião nos Limites da Simples Razão* (Lisboa: Edições 70, 1974), 374.

⁸ Adriano Correia, “O conceito de mal radical”, in *Trans/Form/Ação*, 28(2) (2005), 91.

uma vontade não-livre é uma vontade heterônoma.⁹ Portanto, uma vontade livre pode ser apenas uma vontade boa, consoante à lei moral, enquanto uma vontade não-livre é apenas uma vontade fraca ou imperfeitamente boa, uma vez que não poderia ser uma vontade livre e ao mesmo tempo má.

Porém, em sua busca por identificar o fundamento da propensão para o mal no homem, Kant se vê diante da dificuldade de ter de conciliar natureza e liberdade. E ele adverte: ao se compreender o mal como decorrente de algum condicionamento natural, ainda que seja uma fraqueza, necessariamente o homem seria inimputável, pois não poderia ser considerado efetivamente responsável (porque não livre) pelas ações que desencadeasse.

Segundo Kant, quando um homem quer livremente, ele quer o bem, e quando se desvia é porque sua vontade se vê vítima de suas inclinações, ou seja, quando se desvia do bem, ele de fato não quer livremente. Não obstante, as inclinações não são razões ou motivos suficientes para a ação de um agente livre, se não são incorporadas espontaneamente em sua máxima, de modo que “o mal deve estar radicado mais na vontade que em nossa dada natureza sensível”.¹⁰

3. COMPLEMENTAÇÃO ENTRE AGOSTINHO E KANT

Neste momento nossa intenção é demonstrar, a partir de Paul Ricœur, a complementação de Agostinho por Kant, e evidenciar ainda alguns deslocamentos substanciais notáveis no pensamento ricœuriano.

Portanto, como vimos recentemente, Agostinho e o próprio mito adâmico apontam na direção de uma interpretação do mal radicado na própria vontade humana e, por isso, um mal antropológico. Mas, segundo Ricœur, a forma mais completa do problema nos será dada por Kant, através do seu relato sobre o mal radical.

Na interpretação de Ricœur, o mal, além do aspecto religioso, toma uma dimensão ética, em dois sentidos: i) em relação à questão da liberdade e, ii) em relação à questão da obrigação. A visão ética do mal é retomada na liberdade, uma vez que ele é fruto ou invenção da liberdade. Assim, “o mal tem a significação de mal porque ele é obra de uma liberdade; eu sou autor do mal”.¹¹ Contudo, se a liberdade qualifica o mal como “fazer”, ele acaba por ser o revelador da liberdade. Então, “o mal é uma ocasião privilegiada de tomar consciência da liberdade”.¹²

A visão ética do mal, segundo Ricœur, nos reconduz ao nível dos símbolos primários, nos quais é possível ver declarado o mal *já-aí*. Assim, é em meio ao mal no qual nascemos que encontramos também, em nós mesmos, o próprio despertar da nossa consciência. E é neste sentido que se manifestam Agostinho, passando do mal atual ao mal original, e Kant, ao passar da máxima má ao móbil da vontade, ou seja, ao livre-arbítrio, fundamento de todas as máximas más.

Neste ponto, podemos perceber que, na visão de Ricœur, as intenções precedem o indivíduo, já que não somos livres nem mesmo para nascer, dado que no momento do nosso nascimento adentramos no mundo em prejuízo com a liberdade. Assim, quando acontece a tomada de consciência, estamos *já-aí* no mundo.

Para Ricœur, o que há de mais admirável no conceito de pecado original é a sua riqueza analógica, ou seja, a sua capacidade de remeter intencionalmente para aquilo que há de mais radical na confissão dos pecados, isto é, que o mal precede a minha tomada de consciência. Sendo assim, o mal nada mais é que minha impotência prévia, ele é para a minha liberdade o mesmo que meu nascimento é para minha consciência, isto é, sempre *já-aí*. Então, para Ricœur, a intenção do pseudo-conceito de pecado original, nada mais era que a tentativa de integrar o próprio esquema da herança no esquema da

⁹ Immanuel Kant. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, (Lisboa: Edições 70, 1997), 86, 91.

¹⁰ Henry Alisson, “Reflection on the banality of (radical) evil”, in *Idealism and Freedom: essays on Kant's theoretical and practical philosophy*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1966), 169-182.

¹¹ Paul Ricoeur, *O conflito das interpretações*, (Porto: Rés, 1990), 421.

¹² *Ibid.*, 422.

contingência. Conclui Ricœur nestes termos:

O inescrutável, segundo nós, consiste precisamente no fato de que o mal que sempre começa pela liberdade esteja sempre já aí para a liberdade, que seja ato e aparência exterior (habitus), surgimento e antecedência. É por isso que Kant faz expressamente deste enigma do mal para a filosofia a transposição da figura mítica da serpente; a serpente, penso, representa o “sempre já aí” do mal, desse mal que, todavia, é o começo, ato, determinação da liberdade por ela própria.¹³

O mal como pseudo-conceito evocado por Ricœur não se sustenta racionalmente, mas, por outro lado, há essa riqueza de significado que abre para a reflexão. No entanto, Ricœur reconhece uma profundidade metafísica em Agostinho, que “apreendeu alguma coisa de essencial que Pelágio desconheceu inteiramente”.¹⁴ E Ricoeur complementa nesses termos: “é na própria vontade que há quase-natureza; o mal é uma espécie de involuntário no próprio seio do voluntário, já não em face dele, mas nele, e é isso o ser-vo-arbítrio”¹⁵.

É notável o quanto o pensamento kantiano influencia o pensamento de Ricœur. Assim, para Ricœur, Kant acaba por concluir Agostinho. Primeiramente, por arruinar definitivamente o invólucro gnóstico do conceito de pecado original; logo após, ao tentar uma dedução transcendental do fundamento das máximas más; e, finalmente, por voltar a mergulhar no não-saber a pesquisa de um fundamento do fundamento.¹⁶ A este respeito diz Isabelle Bochet:

A religião nos limites da simples razão, com efeito, no entender de P. Ricœur, tem o mérito de afastar todo o naturalismo da concepção de um inclinar ‘inato’ ao mal, na medida em que esta inclinação é uma ‘maneira de ser da liberdade que vem da liberdade’, e reconhece que a origem do mal moral “permanece impenetrável”.¹⁷

Para Bochet, Kant é aqui, sem dúvida, devedor de Agostinho. Em sua concepção, Agostinho dá razão, de modo coerente, à maneira como a própria liberdade se liga a ela mesma, e é ele o primeiro a sublinhar o caráter incompreensível do mal.¹⁸

Portanto, podemos dizer que através dos mitos e dos símbolos em conjunto com a contribuição filosófica dos pensadores que se preocuparam com a questão do mal, se avançou muito nas explicações acerca da origem, das conseqüências e da ampla dimensão do mal, porém, muito pouco se sabe acerca do lado “injustificável” e trágico do mal. Para Ricœur, no entanto, não basta uma elaboração intelectual no plano especulativo, é necessário um comprometimento com a questão: “que fazer contra o mal?”. Pois ele entende o mal como um problema a ser abordado nos planos do pensamento, do sentimento e da ação.

CONCLUSÃO

No presente artigo optamos por dar ênfase ao pensamento agostiniano acerca do mal moral e o livre-arbítrio porque, a nosso ver, a contribuição de Agostinho ao pensamento acerca do mal é notória.

Neste sentido, vimos que na concepção agostiniana o homem escolhe livremente suas decisões, e é justamente por ser livre que é capaz de fazer mal. Demonstramos também, a partir das obras de Agostinho, que a vontade desempenha um papel fundamental, pois dependem dela não apenas todas as determinações e decisões que tomamos na ordem prática, mas também estão sob seu controle imediato todas as operações

¹³ Ibid., 303.

¹⁴ Ibid., 276.

¹⁵ Ibid., 302.

¹⁶ Ibid., 303.

¹⁷ Isabelle Bochet, *Augustin dans la Pensée de Paul Ricoeur*, (Paris: Facultés Jésumites de Paris, 2004), 30.

¹⁸ Ibid., 30.

de nossas faculdades cognitivas na ordem teórica. Assim, todos os movimentos da alma dependem da vontade.

Portanto, a vontade deveria tender, de acordo com a sua natureza, ao Bem supremo, mas, por vezes, ela pode vir a tender aos bens criados e finitos, invertendo a ordem hierárquica, preferindo a criatura em detrimento do Criador, optando por bens inferiores ao invés de bens superiores.

Vimos, também, que a relação do mal com o bem num sujeito é uma privação. Assim, o mal é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. Ou seja, para Agostinho, o mal é a pura ausência de ser.

Abordamos, num segundo momento, o mal radical e a vontade radical na visão de Kant, na tentativa de realçar os aspectos de aproximação entre Agostinho e Kant. Assim, vimos que na concepção kantiana não há, no campo racional, uma resposta possível para a origem do mal, nem para a tendência humana de agir mal. Não havendo, nos limites da pura razão, uma resposta possível a estas duas questões.

Essa problemática levantada por Kant acaba por romper com a ideia de pecado original, embora ainda possua algumas semelhanças. Neste sentido, o mal possui origem numa máxima suprema que serve de fundamento subjetivo último a todas as máximas más do nosso livre-arbítrio, sendo radical quanto à sua origem.

Colocamos, também, a dificuldade encontrada por Kant de ter que conciliar natureza e liberdade. E, ainda, sua advertência: ao se compreender o mal como decorrente de algum condicionamento natural, ainda que seja uma fraqueza, necessariamente o homem seria inimputável, pois não poderia ser considerado efetivamente responsável (por não ser livre) pelas ações que desencadeasse.

No terceiro e último momento destacamos a complementação de Agostinho por Kant, a partir de Paul Ricœur, pela via ética. Evidenciamos que Agostinho e o próprio mito adâmico apontam na direção de uma interpretação do mal radicado na própria vontade humana, e, por isso, antropológico. Destacamos a posição de Ricœur, segundo a qual a forma mais completa do problema nos foi dada por Kant através do seu relato sobre o mal radical.

Sublinhamos, na interpretação de Ricœur, a dimensão ética do problema do mal, em dois sentidos: no primeiro sentido em relação à questão da liberdade e, num segundo sentido, em relação à questão da obrigação. O mal é fruto ou invenção da liberdade. E é a liberdade que qualifica o mal como “fazer” e o mal, por sua vez, acaba por ser o revelador da liberdade.

Deste modo, para Ricœur, as intenções precedem o indivíduo, já que não somos livres nem mesmo para nascer, já entramos no mundo em prejuízo com a nossa liberdade. Assim, na tomada de consciência estamos *já-aí* no mundo.

Por fim, vimos que podemos dizer que através dos mitos e dos símbolos, em conjunto com a contribuição filosófica dos pensadores que se preocuparam com a questão do mal, se avançou muito nas explicações acerca da origem, das conseqüências e da ampla dimensão do mal, porém, muito pouco se sabe acerca do lado “injustificável”.